

Andréa Virgínia Sousa Dantas, Raquel Fernandes de Macedo, Viviane Costa F. de A. Medeiros, Fernando
Caetano Costa

Economia solidária e turismo: um estudo comparativo nos municípios de Natal/RN e Recife/PE
Caderno Virtual de Turismo, vol. 10, núm. 2, 2010, pp. 65-78,
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115415458006>



Caderno Virtual de Turismo,
ISSN (Versão eletrônica): 1677-6976
caderno@ivt-rj.net
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

Como citar este artigo

Fascículo completo

Mais informações do artigo

Site da revista

www.redalyc.org

Projeto acadêmico não lucrativo, desenvolvido pela iniciativa Acesso Aberto

Economia solidária e turismo: um estudo comparativo nos municípios de Natal/RN e Recife/PE

Andréa Virgínia Sousa Dantas (dantas_andrea@hotmail.com)*

Raquel Fernandes de Macedo (raquelfmacedo@gmail.com)**

Viviane Costa F. de A. Medeiros (liramedeiros@yahoo.com.br)***

Fernando Caetano Costa (liramedeiros@yahoo.com.br)****

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo a análise comparativa da economia solidária nas capitais de Natal e Recife, inserida no turismo. Esse estudo caracterizou-se por ser do tipo descritivo, tendo uma abordagem de caráter quali-quantitativa, baseado na literatura a respeito de economia solidária, turismo, desenvolvimento humano e turismo comunitário. Os dados coletados são de origem secundária de uma pesquisa realizada pela Secretaria de Economia Solidária (SENAES) entre os anos de 2005 e 2007. Com base nos resultados, notou-se que o desenvolvimento da economia solidária em Natal e Recife tem proporcionado melhorias socioeconômicas para os atores envolvidos nas atividades de econômicas solidárias. Portanto, pode-se perceber que o artesanato predomina como atividade principal das duas capitais e representa o principal elo entre a economia solidária e atividade turística.

Palavras-chave: Economia Solidária. Desenvolvimento Humano. Turismo.

Abstract

This paper aims at a comparative analysis of the solidary economy in the capitals of Natal and Recife, inserted in tourism. This study may be classified as described, it was having a character of quali-quantitative, based on literature about solidary economy, tourism, human development and community tourism. The collected data are of secondary origin in a survey conducted by the Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) during the years 2005 and 2007. Based on the results, it was noted that the development of solidary economy in Natal and Recife has provided socioeconomic improvements for those the stakeholders involved in the activities of solidary economy. Therefore, it was perceived that handicraft predominates as the main activity in both cities and it represents the main link between solidary economy and tourism activity.

Key-words: Solidary Economy. Human Development. Tourism.

Introdução

O turismo é uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo. Este segmento econômico tem um elevado potencial gerador de emprego e renda, segundo demonstram vários estudos realizados pela Organização Mundial do Turismo - OMT (2001 apud Bursztyn, 2005), que constata uma grande movimentação de pessoas realizando viagens por todas as partes do mundo, tendo uma cifra total de 846 milhões de turistas internacionais por todos os continentes, e desta forma agitando a economia das destinações receptoras (Bursztyn, 2005).

Há, portanto, a expectativa de que a atividade turística venha a contribuir para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial na ordem de 9,9%, partindo de um montante de US\$ 5,890 bilhões em 2008, para US\$ 10,855 bilhões em 2018, colaborando para o crescimento da receita turística mundial. Nesse sentido, a World Travel Tourism Company - WTTC (2007) afirma que o turismo também deve contribuir para o aumento dos postos de trabalho. Porém, não se estima um aumento dos postos de trabalho na mesma proporção da elevação do PIB mundial, visto que, segundo este estudo, a prospecção é que fossem gerados em 2018 cerca de 66 milhões de postos de empregos diretos e indiretos a mais do que os 230 milhões criados no ano de 2008.

A grande promessa em torno do turismo quanto a sua potencialidade de gerar esses empregos para combater a pobreza nos países menos desenvolvidos vê-se frustrada em parte diante do fato de que a maior parte desses postos de trabalho é informal. Essa realidade é percebida também no Brasil, posto que no ano de 2005 foram gerados cerca de 4 milhões de empregos informais e aproximadamente 2 milhões de empregos formais, demonstrando um caráter deficitário

por esse mecanismo, haja vista que os empregos não proporcionam ao trabalhador seguridade social, segundo o Ministério do Turismo - MTUR (2007). Por essa razão, surge a necessidade de se estimular a criação de mais empregos formais no turismo, do contrário o mesmo não estará cumprindo adequadamente com seu papel no processo de desenvolvimento humano de uma localidade.

Nos estados do Rio Grande do Norte (RN) e de Pernambuco (PE), observa-se que a participação da atividade turística no PIB corresponde, respectivamente, a 10,5% e 11,5%. No que se refere à participação do turismo na criação dos postos de trabalho dos respectivos estados, notou-se que PE gerou 62.429 empregos no ano de 2006, enquanto que no RN foram gerados 23.578 empregos, sendo verificado através desses dados que PE gerou mais empregos no turismo do que o RN (EXAME, 2007).

No entanto, é questionável em que medida as camadas mais pobres das populações de ambos os estados podem se beneficiar de fato dos postos de trabalho gerados, haja vista o baixo nível de educação formal e de qualificação profissional que caracteriza e determina em grande medida o estado de pobreza (BANCO MUNDIAL, 2003), e que impede, outrossim, a inserção formal dos pobres no mercado profissional do turismo. E isto é um dado importante, uma vez que a população local só se beneficia diretamente da renda turística por meio dos empregos. Uma outra alternativa é o mercado informal, para onde se dirige uma parcela considerável dos pobres (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2002), entretanto, além dos enclaves representados pelos equipamentos turísticos, que tornam difícil a comercialização de bens e serviços ofertados pelos vendedores ambulantes e micro-

* Professora do Curso de Turismo da UFRN.
E-mail: dantas_andrea@hotmail.com

** Mestranda em Turismo pela UFRN.
E-mail: raquelfmacedo@gmail.com

*** Mestranda em Turismo pela UFRN.
E-mail: liramedeiros@yahoo.com.br

**** Professor da UFRN nos Cursos de

visitantes (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2007; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2002), os trabalhadores informais ainda são mais propensos à pobreza, "posto que recebem renda não somente baixa, mas irregular, possuem pouquíssimos recursos e não dispõem de qualquer tipo de seguro contra a penúria." (Dantas, 2005, p. 64).

A inserção da economia solidária no turismo pode constituir uma valiosa ferramenta de combate à pobreza, mormente por meio do artesanato, na medida em que é capaz de servir de elo entre os benefícios advindos da atividade turística e a comunidade local (EXAME, 2007). Tendo em vista essa idéia, o Ministério do Turismo elaborou um plano que aborda a capacitação e incubação de cooperativas populares, com vistas a aproveitar potenciais turísticos para promover a inclusão social nos estados do Nordeste. Este programa do Ministério do Turismo visa desenvolver cooperativas populares de turismo em comunidades menos favorecidas e com baixo índice de desenvolvimento humano (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

Assim, em consonância com os planos governamentais, e antenado com a tendência mundial de combate à pobreza, com o lançamento, no ano de 2000 pelas Nações Unidas, dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, cujo primeiro objetivo almeja reduzir pela metade, até o ano de 2015, a extrema pobreza e a fome - objetivo para o qual que a OMT (2008) busca contribuir por meio da criação do Programa ST-EP (Sustainable Tourism - Eliminating Poverty), isto é, utilizando o turismo sustentável como ferramenta de alívio da pobreza - este artigo tem como objetivo geral realizar uma análise comparativa da economia solidária nos municípios de Natal e Recife na perspectiva do turismo. Para a efetivação do

seguintes objetivos específicos: identificar as formas organizacionais que compõem os grupos de economia solidária; apontar as motivações que levaram à criação dos empreendimentos solidários; analisar a renda média dos empreendimentos de economia solidária; e identificar as principais atividades econômicas solidárias desenvolvidas nos referidos estados.

A metodologia aplicada foi de caráter primordialmente descritivo, uma vez que buscou descrever características de determinada população ou fenômeno, bem como estabelecer relações entre variáveis (GIL, 1999). A amostra do estudo foi composta por empreendimentos localizados nas capitais de Natal e Recife que tinham atividades voltadas para a economia solidária e correlacionadas com a atividade turística. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental, cuja principal fonte foram os dados dos anos de 2005, 2006 e 2007 fornecidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES (2007).

Nas próximas linhas, serão tratados os conceitos relativos à economia popular solidária, ao desenvolvimento humano e ao papel do turismo no processo de desenvolvimento, que embasaram a análise qualitativa dos resultados encontrados. Em seguida, será exposta a análise comparativa da economia solidária nos municípios de Natal e Recife na perspectiva do turismo, bem como as considerações finais apontadas pelos autores com base na análise realizada.

Economia popular solidária

A crise do modelo econômico vigente, sob a óptica do trabalho e da renda, vem produzindo efeitos nefastos. Para que haja a redução destes efeitos adversos, estão sendo trabalhados fatores de indução de práticas inovadoras, através de ações voltadas para

nova orientação socioeconômica. Estas ações podem ser representadas pela emergência da economia solidária.

A economia solidária surge como um revés do paradigma fordista e do bem-estar social (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004). Entende-se que a sua origem se deu através da necessidade que os trabalhadores tinham de reverter a pobreza e o desemprego resultantes da desregulamentação do capitalismo industrial provocado pela disfunção das máquinas-ferramenta e do motor a vapor. Com isso, os trabalhadores começaram a realizar suas atividades de forma cooperada como alternativa de obter trabalho e autonomia econômica, tendo por princípios básicos a igualdade e a democracia. As primeiras cooperativas populares surgiram na Grã-Bretanha em meados do século XIX (SINGER, 2002) Elas surgiram na intenção de minimizar os problemas que atingiam a falta de ocupação remunerada.

Desta maneira, como forma de abrandar os problemas sociais decorrentes da saturação do mercado de trabalho, do despreparo da população quanto à escolaridade, das escassas habilidades no manuseio das máquinas, bem como da pobreza que atingia determinadas parcelas da sociedade, surge a economia popular solidária, como opção de inserção das camadas menos favorecidas no contexto de inclusão socioeconômica.

A economia solidária tem sido uma resposta dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. Destarte, ela pode ser representada por variadas formas de organizações coletivas, que são representadas sob o formato da autogestão, que realizam atividades de produção, bens, serviços, crédito e consumo solidário (MARINHO, 2006). Ela trabalha pautada em procurar respostas

como da insatisfação com o sistema de seguridade social. Em decorrência dos problemas que afligem a sociedade, a economia solidária teve sua gênese na Europa na primeira metade do século XIX, como tradução da florescência de práticas socioeconômicas.

Assim, o Ministério do Trabalho e Emprego Brasileiro - MTE (2005) entende a economia solidária, como sendo um conjunto de atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito - organizado e realizado solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras de forma coletiva, autogestionária e pautada sobre os seguintes pilares: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.

Isso demonstra que as práticas solidárias visam inserir as comunidades nos serviços solidários, que têm por objetivo a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local. No sentido morfológico da palavra, a economia reporta uma atividade geradora e distribuidora de riquezas, e estas riquezas podem ser resumidas pelas trocas efetuadas pelo Estado e o mercado nas sociedades contemporâneas (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004). Em se tratando de economia, há diversos autores que afirmam que a economia solidária faz parte de outro patamar econômico, que é outra economia, que se sustenta em diversas partes do mundo sobre os pilares das cooperativas e associações. As cooperativas e associações emanam de iniciativas da sociedade civil organizada e dos meios populares (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004). Já para outros autores, só existe uma economia, porém trabalhada de diversas maneiras, e para que seja executada se faz necessário o trabalho com bens e recursos, necessitando, com isso, da mão-de-obra que emana da energia humana (CAILLÉ apud ARCOVERDE et al, 2007).

Apesar de diversos autores divergirem quanto ao fato da economia solidária ser ou não uma nova economia, ambos concordam que, de fato, a economia solidária diverge das formas econômicas tradicionais. Estas divergências se dão pelo fato dela estar baseada nas iniciativas autônomas de grupos organizados da sociedade civil, que têm como objetivo primordial a produção de gêneros econômicos. Contudo, esta maneira inovadora de se produzir está pautada na solidariedade e na autogestão, o que difere, mais uma vez, das formas tradicionais da atividade econômica clássica.

Esta dicotomia econômica que é a economia solidária trata da geração de emprego e renda de forma paralela às outras necessidades que são inerentes ao ser sociável, pois os objetivos da economia em questão também são as garantias sociais, políticas e culturais, visto que a economia solidária é muito mais do que uma simples relação de trabalho monetária. Nesta linha de discussão, os autores Laville e França Filho (2004) asseveram que os grupos organizados desenvolvem uma dinâmica comunitária para a elaboração das suas atividades econômicas, visando ao enfrentamento dos problemas públicos gerais que podem estar situados no âmbito da educação, saúde, cultura, meio ambiente e outros fatores em que a sociedade esteja envolvida.

Pode-se perceber que as práticas comunitárias se fazem presentes no Brasil, e um exemplo de caso bem-sucedido é a comunidade de Prainha do Canto Verde¹, situada no Estado do Ceará. Casos como estes provocam a reflexão quanto às práticas de sustentabilidade que são inerentes às sociedades, pois delas emanam as estratégias de sobrevivência dos grupos, bem como dos indivíduos que nelas vivem (SOARES et al., 2007).

A economia solidária ganhou espaço no

1980 na esteira do fortalecimento dos movimentos sociais, e no cenário acadêmico em meados dos anos de 1990, segundo Singer (2002 apud CULTI, 2004), através do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONIC). Várias universidades do território brasileiro aderiram a este filão, entre elas: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), entre outras. Este projeto tem a finalidade de inserir a comunidade acadêmica dos cursos de especialização, através de projetos de pesquisa e extensão (SOARES et al., 2007).

Pensando na inserção das camadas menos favorecidas, a Presidência da República do Brasil criou a SENAES, que é um órgão do MTE, como forma de abrandar os problemas decorrentes da falta de emprego e renda (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO BRASILEIRO, 2005) Por esta razão, o referido ministério fez um mapeamento dos sistemas de economia solidária existentes no território brasileiro, e o resultado foi a identificação de 14.954 empreendimentos econômicos solidários em 2.274 municípios brasileiros, e destes, 44% encontram-se na região Nordeste.

A economia popular solidária pode acarretar em formas alternativas de inserção das comunidades que vivem no entorno do turismo, pois ao longo dos últimos anos, a atividade tem se instalado em diversas áreas com o propósito de gerar melhorias e proporcionar benefícios para as mesmas; porém, não é esta a realidade que se encontra nos países periféricos, como é o caso do Brasil (BURSZTYN, 2005).

O turismo, se trabalhado de maneira integrada com a Economia Popular Solidária, poderá ter resultados favoráveis no combate à pobreza e à exclusão social, pois ela

1. Comunidade de pescadores situada no estado do Ceará, que ficou conhecida na comunidade acadêmica dos cursos de turismo pela sua resistência à atividade turística predatória, bem como pela permanência das suas atividades pesqueiras e da prática do artesanato. Porém, sem deixar de desenvolver a

viáveis para a geração de emprego e renda, bem como para a conquista das necessidades básicas da sociedade². Estas conquistas podem vir através da sociedade organizada, de novas formas de produção e reprodução dos seres sociais, de tal forma a reduzir as desigualdades, bem como a difundir os valores solidários (MINEIRO, 2007).

Turismo e desenvolvimento humano

Nas últimas décadas, a visão de desenvolvimento ou desenvolvimento humano como sinônimo ou conseqüência do crescimento econômico tem sido duramente contestada. São inúmeros os estudos que têm mostrado as disparidades entre o aumento da renda per capita ou do Produto Interno Bruto (PIB) e o aumento da qualidade de vida, demonstrável por meio dos níveis de expectativa de vida, mortalidade infantil, Coeficiente de Gini (CG), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre outros indicadores sociais.

Entre as teorias que concernem ao desenvolvimento, quicá a mais aceita é a do economista e filósofo indiano Sen (2000), que relaciona desenvolvimento a liberdades substantivas, inter alia, a oportunidades sociais, políticas e econômicas, que permitem que os indivíduos de uma determinada sociedade tenham vidas plenas, nas quais possam desenvolver suas capacidades em consonância com seus próprios valores e interesses.

Sem estender-se muito sobre este tema, faz-se corolário apenas frisar, a respeito da teoria desenvolvimentista de Sen (2000), alguns tópicos de relevância para este trabalho:

* As liberdades são instrumentos para se chegar ao desenvolvimento, que constitui um estado de liberdade plena, ou de exercício pleno da

substantivas - não necessariamente aquelas garantidas por lei, mas todas as que são importantes para a vida humana, como o respeito, a participação política, a liberdade de trocas, a garantia de transparência e a seguridade social, só para citar algumas - são tanto instrumentos quanto constituintes do próprio desenvolvimento;

* As liberdades são interdependentes e mutuamente reforçadoras. Como exemplo, pode-se citar que a educação, uma liberdade social, é uma condição sine qua non para a conquista de um bom emprego e, conseqüentemente, de maiores liberdades econômicas. Por outro lado, as liberdades econômicas podem reforçar o alcance de maiores liberdades sociais, como uma educação de melhor qualidade.

* O Estado desempenha um papel fundamental na garantia das liberdades aos indivíduos. Apesar de ser um autor da corrente liberal, Sen defende veementemente a importância do custeio público para a garantia das oportunidades e para a ampliação das capacidades humanas.

* Por outro lado, o autor acredita que as pessoas devem ser tratadas como agentes ativos do próprio desenvolvimento, e não como receptores passivos de programas governamentais. Assim, o custeio público, que tende a ser oneroso em princípio, tende a diminuir com o tempo, à medida que os sujeitos desenvolvem suas capacidades e são capazes de levar suas vidas sem o apoio assistencialista dos governos;

* Um Estado não precisa esperar pelo crescimento econômico para investir

no desenvolvimento. Ainda que o crescimento econômico seja importante para financiar o custeio público, a renda é apenas uma das múltiplas variáveis - ou liberdades - que compõem o complexo processo de desenvolvimento, e não a única, nem a mais importante. Ademais, na grande maioria dos casos e exemplos empíricos citados pelo autor no decorrer da obra *Desenvolvimento como liberdade* (2000), o crescimento econômico surge como uma consequência do desenvolvimento; o inverso, contudo, raramente ocorre.

* Nenhuma atividade econômica pode conduzir, por si só e sem o apoio de uma ampla base econômica e da ação social do Estado, ao desenvolvimento. Trazendo esta reflexão ao turismo, conclui-se que os tão propalados discursos que retratam o turismo como um passaporte para o desenvolvimento não passam de uma falácia.

Sendo assim, a pergunta que salta à mente diante de tais considerações é a seguinte: de que forma, então, poderá o turismo contribuir para o processo de desenvolvimento? De uma maneira simplificada, pode-se responder que através da geração de um crescimento econômico de qualidade: empregos bem remunerados e renda suficiente para proporcionar o custeio público e a persecução dos demais tipos de liberdades substantivas por parte dos indivíduos residentes nas localidades receptoras e empregados na chamada "indústria sem chaminés".

Entretanto, os exemplos práticos de desenvolvimento turístico em diversos lugares do globo, mormente nos chamados países em desenvolvimento, dão conta de outra realidade. O turismo, mais do que um

mostrado antes um intensificador das diferenças sociais. O grande número de trabalhos informais gerados, que muitas vezes ultrapassam a quantidade de empregos formais, a baixa remuneração e as longas horas de trabalho demandadas pelos trabalhos no turismo, a exploração da mão-de-obra, a dificuldade de acesso dos mais pobres ao mercado turístico devido aos enclaves representados pelos equipamentos turísticos - com especial destaque aos resorts e aos navios cruzeiros - e a evasão das divisas turísticas, que chega a representar de 40% a 80% dos rendimentos nas destinações do Terceiro Mundo, são alguns dos efeitos nefastos apontados por diversos estudiosos e pesquisadores ao redor do globo, entre eles o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2007) e a própria OMT (2002). Como assevera Rabahy (2003), os efeitos econômicos do turismo nas nações em desenvolvimento nem sempre se dão como o esperado, pela própria falta de preparo destas - infra-estrutural, político, social - em gerir adequadamente a atividade. Assim, acorde Santana Turégano (2005), o turismo irá com frequência refletir, como um espelho, as condições do lugar que serve de palco ao fenômeno turístico; ele será tão desigual ou injusto quanto à sociedade que o promove.

Tendo em vista este e outros problemas observados no desenvolvimento e gestão da atividade turística, as chamadas novas formas de turismo têm surgido nas últimas décadas com o objetivo declarado de sanar estas dificuldades - ainda que, para Mowforth e Munt (2003), não passem de formas flexíveis de acumulação de capital, vestindo a nova roupagem (mas ainda com o velho conteúdo do criticado turismo de massa) do paradigma pós-fordista de produção -, cada uma elegendo um foco diferente de atuação - umas, a vertente

podem ser destacadas, dada sua relevante contribuição para a temática deste estudo: o turismo comunitário e o turismo pró-pobre.

O turismo comunitário surge como uma maneira de suprir as necessidades das populações receptoras, remetendo à organização das mesmas com base na especialidade e auto-gestão dos recursos pertencentes à comunidade. Assim, cabe frisar que o turismo comunitário implica em práticas solidárias e democráticas de trabalho e na distribuição de forma igualitária das riquezas geradas pelo desenvolvimento da atividade, sendo, portanto, um turismo baseado na interação entre a comunidade e o turista, cuja motivação está centrada nas peculiaridades da comunidade, entre elas: os valores, os hábitos e as tradições locais (RAMOS, 2008).

Face ao exposto, torna-se evidente que o turismo comunitário pode ser entendido como um segmento de turismo onde existe a preocupação com a preservação e a valorização do ambiente natural e cultural e a participação das comunidades nas tomadas de decisão na administração e gestão da atividade, bem como através dos seus benefícios, que decorrem dos arranjos produtivos locais que trabalham na perspectiva de proporcionar desenvolvimento de forma cooperada e compartilhada (FREIRE, 2008; ZECHNER et al., 2008). Encontra-se, portanto, de forma bastante vinculada à economia solidária, e de fato o exemplo mais famoso que temos de turismo comunitário no Brasil, desenvolvido pela comunidade da Prainha do Canto Verde, localizada no município cearense de Beberibe, apoia-se sobremaneira em práticas de cooperativas populares (BURSZTYN et al., 2003).

Com o intuito não de aumentar a fatia de mercado, mas de expandir os benefícios econômicos do turismo às parcelas mais pobres das localidades receptoras, surge, no início da

não como um segmento de mercado, mas como uma orientação geral à indústria (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2002; 2008; ASHLEY et. al., 2000; HALL, 2007; FENNELL, 2006).

Tendo iniciado com os estudos da *Pro-Poor Tourism Partnership*³, e visando atingir os Objetivos Mundiais do Milênio lançados pelas Nações Unidas em 2000 por meio do turismo, em especial o primeiro deles, a saber, erradicar a extrema pobreza e a fome, o turismo pró-pobre se centra na dificuldade dos pobres, que se inserem no mercado turístico principalmente como trabalhadores informais, devido a seus baixos níveis de educação formal - sendo este, segundo o Banco Mundial, um dos determinantes da pobreza - de ter acesso à demanda turística, propondo a criação de conexões (linkages) como forma de superar as barreiras à inclusão social no turismo das camadas menos favorecidas da população e, como consequência, reduzir os vazamentos da receita (leakages). Ao mesmo tempo, a chamada "indústria turística", isto é, as empresas formais do setor, beneficiar-se-iam com as conexões com o setor informal à medida que isto reduziria o sentimento de insegurança dos seus clientes em frequentar a comunidade - por meio do levantamento dos trabalhadores informais da comunidade, seu treinamento e organização em associações e cooperativas e criação de códigos de conduta - e consequentemente enriqueceria a experiência turística do visitante, criando um diferencial competitivo no mercado tanto para a destinação quanto para a empresa que adere às "boas práticas pró-pobres" (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2002; ASHLEY et. al., 2000; HALL, 2007). Destarte, ainda que posicionado de forma diametralmente oposta ao turismo comunitário - uma vez que o segundo rejeita os laços com o grande capi-

3. A Pro-Poor Partnership (em tradução livre: Sociedade de Turismo Pró-Pobre) é uma iniciativa para pesquisa colaborativa sobre o turismo pró-pobre formada entre o Centro Internacional de Turismo Sustentável (International Centre for Responsible Tourism - ICRT, uma base de pesquisa e programa de pós-graduação da Leeds Metropolitan University, no Reino Unido), o Instituto Internacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento (International Institute for Environment and Development - IIED, uma organização não-governamental inglesa que se dedica, desde 1971, a pesquisas internacionais sobre desenvolvimento sustentável) e o Departamento de Desenvolvimento

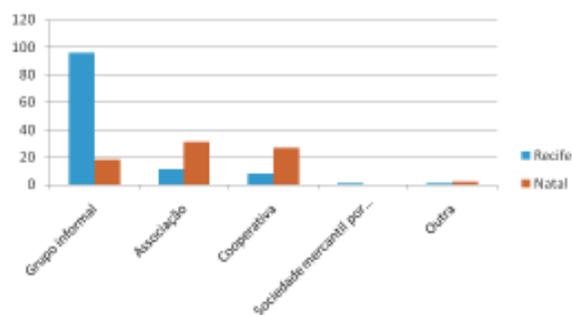
busca reforçar (MOWFORTH; MUNT, 2003) - o TPP também estimula a implantação da economia solidária dentro do turismo e encoraja a persecução de outras liberdades substantivas além das meramente econômicas, constituindo um avanço teórico e prático - ainda que passível de muitas críticas - do turismo no combate à pobreza.

Análise comparativa da economia solidária nos municípios de Natal e Recife na perspectiva do turismo

Os dados utilizados foram coletados através do mapeamento da economia solidária nos municípios de Natal/RN e de Recife/PE realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) entre os anos de 2005 a 2007.

Nesse mapeamento observou-se que as formas organizacionais que se fazem presentes são as seguintes: associação, cooperativa, grupo informal e outra, sendo dessa maneira notado que é expressiva a diferença entre os municípios de Natal e Recife no Gráfico 01:

Gráfico 1. Formas Organizacionais



Fonte: SENAES (2007).

Diante do Gráfico 01, verifica-se que os grupos informais são os que têm maior expressividade no Recife, uma vez que 96 empreendimentos utilizam esta forma de organização, enquanto que Natal possui apenas 18 empreendimentos constituídos por esta forma organizacional. Em se tratando do município de Natal, as predominâncias com

e cooperativas, que correspondem a 58 empreendimentos econômicos solidários, enquanto que no Recife elas não têm uma vasta expressividade, totalizando 19 empreendimentos.

Nessa perspectiva, observa-se que as associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, dentre outros podem ser organizações que exerçam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário, tendo caráter coletivo ou supra-familiar nos âmbitos rural e urbano, que exercem a autogestão das atividades e alocação dos seus resultados. Tais atividades devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização (PALAFOX, 2008).

Em países periféricos, as agências de desenvolvimento vêm trabalhando para que sejam desenvolvidas e formadas cooperativas em comunidades carentes que têm problemas para distribuir e comercializar seus produtos; outra vertente das cooperativas de renda são as cooperativas especializadas em terceirização industrial ou simplesmente cooperativas populares, as quais são criadas por políticas públicas nos âmbitos estaduais ou municipais, Organizações Não Governamentais (ONGS), sindicatos, instituições religiosas ou simplesmente a sociedade civil organizada. Elas estão voltadas principalmente à população de baixa renda e aos desempregados (LIMA, 2004).

Gráfico 02. Motivação para a formação dos empreendimentos



Fonte: SENAES (2007)

Dentro do que foi observado, através do Gráfico 02 nota-se que o principal motivo que levou à formação desses empreendimentos de economia solidária em Recife e Natal foi, primordialmente, a alternativa ao desemprego, mostrando, assim, que estes empreendimentos solidários podem ser uma alternativa de inserção no mercado de trabalho, bem como a melhoria da renda para os envolvidos neste mercado.

Nessa perspectiva, as práticas solidárias tornam-se presentes a partir da inserção das comunidades nos serviços solidários, que têm por finalidade a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local. Com efeito, as práticas solidárias têm se mostrado como atividades geradoras e distribuidoras de riquezas, sendo estas resumidas pelas trocas efetuadas pelo Estado e o mercado nas sociedades contemporâneas (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004).

Desse modo, nota-se que, enquanto a economia capitalista está voltada para acumulação de capital a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesse individual, a economia solidária

organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adoção de formas comunitárias de propriedade, como alternativa a obtenção e melhoria do sustento coletivo (LAVILLE, 1994 apud

Conforme o exposto no Gráfico 03, pode-se observar que os empreendimentos solidários apresentaram um alto rendimento médio, onde os maiores salários estão compreendidos entre dois a cinco salários mensais e que a média global no município de Recife correspondia a R\$ 221,82, e em Natal a R\$ 414,93, com base no valor de classificação, que é de R\$ 300,00, que corresponde,

por sua vez, ao Salário Mínimo de 2005. Porém, verifica-se que nas empresas de economia solidária, os sócios não recebem salários, mas retiradas, que variam conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembléia, se as retiradas devem ser iguais ou diferentes. Assim, é importante destacar que há empresas que optam pela igualdade das retiradas por uma questão de princípios ou então porque os trabalhos que exercem são idênticos.

Contudo, a maioria dos empreendimentos solidários adota certas desigualdades das retiradas, que acompanham o escalonamento vigente nas empresas capitalistas, mas com diferenças menores entre os salários. Isso autoriza afirmar que muitas empresas solidárias fixam limites máximos entre a menor e a maior retirada (SINGER, 2002).

Nesse sentido, o turismo pode-se fazer valer dessas práticas de economia solidária, uma vez que caso sejam produzidos mais produtos para atender também à demanda turística, os rendimentos por parte desses empreendimentos solidários podem vir a ser maiores.

Gráfico 03. Renda média dos empreendimentos de economia solidária

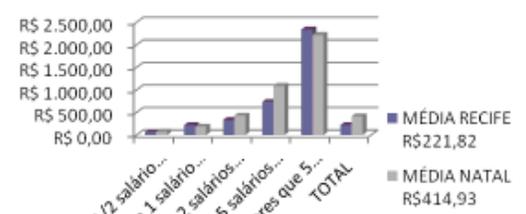
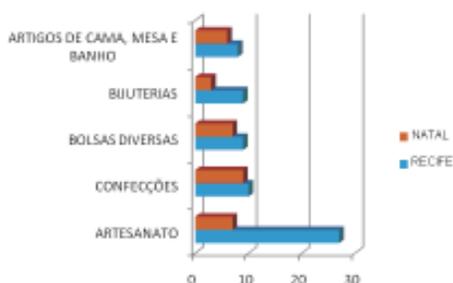


Gráfico 04. Atividades Econômicas Solidárias



Fonte: SENAES (2007)

No Gráfico 04, nota-se que tanto em Natal quanto em Recife os produtos decorrentes das práticas solidárias que mais se fazem presentes são o artesanato e as confecções. Cabe destacar que o artesanato é uma representatividade da cultura popular, e além disso está inserido na atividade turística, uma vez que os aspectos tradicionais da cultura, como festas, as danças, a gastronomia, as artes e o artesanato, ao conter significados simbólicos e referir-se ao comportamento, ao pensamento e à expressão dos sentimentos de diferentes grupos culturais e sociais, também fazem parte do consumo turístico (SCHLÜTER, 2003).

Destarte, percebe-se que, ainda que não apareça à atividade turística de maneira direta, pode-se inferir que como o artesanato é vinculado diretamente ao turismo. Logo, esse produto pode ser melhor aproveitado na atividade turística se for trabalhado de forma organizada, cooperada ou associada, de modo que os artesãos, muitos dos quais compõem os estratos mais pobres da população, possam se beneficiar-se melhor dos benefícios gerados pelo turismo, visto que foi identificado por essa pesquisa que o artesanato está expressivamente presente nos empreendimentos de economia solidária nos municípios de Natal e Recife.

Nesse sentido, as práticas solidárias podem ser o elo entre o fazer local atrelado ao turismo comunitário e a distribuição mais

atividade turística, na perspectiva da economia solidária através das cooperativas e associações. Nesse contexto, convém ressaltar que no turismo comunitário, o processo de desenvolvimento das comunidades é gerado por iniciativas que decorrem dos arranjos socioprodutivos locais que trabalham na esperança de proporcionar desenvolvimento de forma cooperada e compartilhada (SAMPAIO, 2008).

E por outro lado, à medida que uma cooperativa ou associação de artesanato seja capaz de fornecer produtos às demandas turísticas nos hotéis e demais equipamentos turísticos, a economia solidária também mostra uma orientação claramente pró-pobre, haja vista a criação das conexões entre o setor informal, mas devidamente organizado em associações e cooperativas, e a indústria turística (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2002; ASHLEY et. al., 2000; HALL, 2007; FENNELL, 2006).

Considerações finais

Diante do foi observado nesse estudo, verificou-se a importância da economia solidária como meio de ligação entre as práticas econômicas locais e o turismo, na perspectiva comunitária, destacando a comunidade local como agente do seu próprio desenvolvimento, na tentativa de promover a melhoria da qualidade de vida, no viés do empreendedorismo e da autogestão, pois busca também geração de emprego e renda de forma solidária e participativa.

Assim, notou-se que nas capitais de Natal e Recife a economia solidária tem contribuído para a inserção das camadas menos favorecidas na medida em que ela consegue gerar empregos e renda para os seus empreendedores, de maneira mais justa e igualitária, uma vez que foi notado tanto

rendimento dos empreendimentos concentra-se, na sua grande maioria, na faixa de 2 a 5 salários mínimos.

Destarte, como forma de aliviar os problemas sociais decorrentes da saturação do mercado de trabalho, despreparo da população no que tange à escolaridade e educação profissional e a pobreza, compreende-se, através desse estudo, que as práticas da economia popular solidária podem ser uma alternativa de inserção das camadas menos favorecidas no contexto de inclusão socioeconômica e de forma direta ou indireta na atividade turística.

Conforme foi percebido no decorrer da pesquisa realizada pela SENAES, a produção do artesanato é a conexão entre atividade turística com características comunitárias e pró-pobre e a economia solidária. Nesse sentido, notou-se que o tanto o turismo comunitário quanto o turismo pró-pobre apresentam alternativas, por meio dos grupos solidários organizados, para beneficiar os produtores excluídos ou em situação de desvantagem, sendo necessário que a inserção desses grupos no mercado seja compreendida na perspectiva do desenvolvimento solidário e sustentável, de maneira que sejam beneficiados, além do aspecto econômico, também os aspectos culturais, ambientais, sociais e políticos.

Portanto, o presente estudo veio mostrar que a economia solidária pode contribuir com a inserção dos autóctones nos benefícios gerados pela atividade turística, desde que seus produtos e os seus serviços sejam comercializados pelos empreendimentos turísticos, trabalhando dessa maneira os ambientes econômicos e sociais, trazendo desenvolvimento, e não apenas o aumento dos números econômicos.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Geraldo Medeiros. **Turismo Regional**. In: Seabra, Giovanni (org). Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa - PB UFPB 2007.
- ARCOVERDE, Ana Cristiana Brito. LEÃO, Éder Lira de Souza. DIAS, Thiago Ferreira. Org. **Economia Popular Solidária** em Pernambuco. Recife-RE: NECSO, 2007.
- ASHLEY, Caroline; BOYD, Charlotte; GOODWIN, Harold. **Pro-poor tourism: putting poverty at the heart of the tourism agenda**. Natural Resource Perspectives, revista do Overseas Development Institute, Londres, n. 51, p. 1-6, mar. 2000.
- BANCO MUNDIAL. **Brasil: crescimento e redução de pobreza no Rio Grande do Norte: memorando econômico sobre o Estado**. Brasília: Banco Mundial, 5 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.obancomundial.org>>. Acesso em: 31 mar. 2005.
- BURSZTYN, Ivan. **Políticas públicas de turismo visando à inclusão social**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2005. Disponível em: <<http://www.sits2008.org.br/oktiva.net/1893/secao/16333>>. Acesso: 18 abr. 2008.
- _____; DELAMARO, L. da S.; SAVIOLO, S.; DELAMARO, M. **Benchmarking: Prainha do Canto Verde**. Caderno Virtual de Turismo, 2003, n. 3, v. 3, p. 18-32.
- CORIOLOANO, Luiza Neide; LIMA, Luiz Cruz (orgs.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.
- CULTI, Maria Nezilda. **El Coopertivismo Popular en Brasil: Importancia y representatividad**. IV Congrasso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas em Bratislava-Republica Eslovaca, 2004. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/pdf/Texto%20Unhas%20e%20Economia%20C3%A1rapd>>. Acesso em: 12 jan. 2009.
- EXAME. Associação de Turismo. São Paulo. Abril

- FENNELL, D. A. **Tourism ethics**. Clevedon: Channel View Publications, 2006.
- HALL, C. M. (org.) **Pro-poor tourism: who benefits? perspectives on tourism and poverty reduction**. Londres: Channel View Publications, 2007. (Coleção Current Themes in Tourism).
- LAVILLE, Jean-Louis; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFGM, 2004.
- FREIRE, Edvanice de Oliveira. **Participação comunitária no desenvolvimento do turismo: o caso da Vila de Paranapiacaba (SP), 2008**. Disponível em: <<http://biblioteca.rosana.unesp.br/upload/freire.pdf>> Acesso: 09 jun. 2008.
- LIMA, Jacob Carlos. **O Trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado Caxambu, 2004**. Revista brasileira de ciências sociais - VOL. 19 N°. 56
- MARINHO, Luiz. **Atlas da economia solidária no Brasil**. Brasília: MTE, SENAES; 2006.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Secretaria nacional de economia solidária**. 2005 Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_mte.asp>. Acesso: 22 abr. 2008.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Portal brasileiro do turismo. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/noticias/arquivos/operacao_promovendo_a_economia_solidaria.htm>. Acesso: 17 abr. 2008.
- MINEIRO, Fernando. **Economia Solidária**. Assembléia Legislativa, Natal, RN 2007.
- MOWFORTH, M.; MUNT, I. **Tourism and sustainability: development and new tourism in the third world**. 2.ed. Londres: Routledge, 2003.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Tourism and poverty alleviation**. Madri: OMT, 2002.
- _____. **Sustainable tourism: eliminating poverty, 2008**. Disponível em: <<http://www.unwto.org/step/>> Acesso em: 08 set. 2008.
- PALAFIX, Gabriel Humberto Muñoz. **Economia solidária**. 2008. Disponível em: <<http://www.proex.ufu.br/ines/ines/economiaab.htm>> Acesso em: 17 set. 2008.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Economic impacts of tourism**. Disponível em: <<http://www.uneptie.org/pc/tourism/sust-tourism/economic.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2007.
- RABAHY, W. A. **Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento**. Barueri: Manole, 2003.
- RAMOS, Silvana Pirillo. **Observatório do Turismo: Núcleo de Avaliação, Diagnóstico e Intervenção nas comunidades para o desenvolvimento sustentável do turismo em Municípios do Estado de Alagoas**, 2008. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documentos/Observat%C3%B3rio%20do%20Turismo.pdf>. Acesso: 9 jun.. 2008.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Mapeamento da economia solidária**. 2007 Disponível em: <http://www.mte.gov.br/tca_contas_anuais/2006/senaes.asp> Acesso em: 18 set. 2008.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008, prelo.
- SANTANA TURÉGANO, Manuel Ángel. **Turismo, empleo y desarrollo**. Revista de Sociología Bellaterra, Barcelona, n. 75, 2005.
- SCHLÜTER, Regina G. **Gastronomia e turismo**. Tradução: Roberto Sperling. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do Turismo)
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Guilherme José de Vasconcelos; DIAS, Conceição; SILVA, Emanuel Sampaio. **A incubadora tecnológica de cooperativas populares da UFRPE: uma nova experiência de extensão universitária, 2007**. Disponível em: < http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/trabalho/aincubadora.pdf> Acesso em: 08 set. 2008.

ZECHNER, Talita C. ; ALVES, Flávia K. ; SAMPAIO, Carlos Alberto C. **O papel do turismo no arranjo socioprodutivo de base comunitária da micro-bacia do rio sagrado**. Dynamis revista tecno-científica 2008 n.14, vol.1, 34-42

WTTC-World Travel Tourism Company. **Tourism Satellit accounting**. Disponível em:< http://www.wttc.org/eng/tourism_research/tourism_satellite_accounting>. Acesso: 10 jun.2008.

Cronologia do processo editorial:

| | |
|---------------------------------|-------------|
| Recebimento do artigo: | 11-fev-2009 |
| Envio ao parecerista: | 29-abr-2009 |
| Recebimento do parecer: | 18-mai-2009 |
| Envio para revisão do autor: | 20-mai-2009 |
| Recebimento do artigo revisado: | 16-jun-2009 |
| Aceite: | 15-jul-2009 |